

SEMANA DECISIVA! – GOVERNO TENTA DIVIDIR OS SERVIDORES – INSTALADA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – Chapa 3 vence eleições - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO CHAMA O ANDES PARA NEGOCIAÇÃO.

DIRETORIA DO ANDES DENUNCIA IMPLOÇÃO DA MNNP

Através da Circular nº 165/2004, a Direção do ANDES-SN divulgou a seguinte nota:

“*A máscara caiu* . Governo implode a Mesa de Negociação e deixa claro que nunca quis dialogar com o funcionalismo.

Considerada um dos últimos resquícios dos projetos de governo elaborados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instrumento de interlocução entre o Estado e o funcionalismo público, foi para a lata de lixo. Como, de resto, todo o ideário petista, construído em décadas de militância para o embate com o projeto neoliberal implantado no país desde o início dos anos 90.

Com base nas cláusulas 14 e 17 do Regimento Institucional da MNNP, a Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos (CNESEF) protocolou, no dia 14 de maio, ofício com pedido de convocação de uma reunião extraordinária para esta quinta-feira dia 20 de maio para reafirmar as reivindicações conforme se seguem:

- 1) retomada da MNNP, nos termos do Protocolo firmado, para garantir as suas atividades e a sua existência;
- 2) realização de negociações de forma honesta e verdadeira, o que não vem ocorrendo, por responsabilidade exclusiva da bancada governista, desde 23 de julho de 2003, em relação aos pontos que compõem a pauta emergencial de reivindicações dos SPFs.

- 3) considerando a alegada falta de recursos financeiros por parte do governo e sem, portanto, onerá-lo, de imediato, em nenhum centavo a mais, mas, sim, partindo dos valores disponíveis no orçamento, propomos que seja formulada uma nova proposta com alternativas construídas e discutidas pelas bancadas governista e sindical que considere as seguintes premissas:
 - incorporação das gratificações de atividade (GAE, GAL e GAJ) ao vencimento básico, com efeito financeiro adicional, se houver, estabelecido em um cronograma de pagamento futuro;
 - fim das concessões de gratificações produtivistas e incorporação imediata das já existentes mesmas ao salário, com efeito, financeiro adicional, se houver, a ser estabelecido em um cronograma de pagamento futuro;
 - verificação e correção das distorções financeiras existentes entre as carreiras e nas próprias carreiras, com o efeito financeiro adicional das correções, quando for o caso, sendo estabelecido em um cronograma de pagamento futuro;
 - definição de um critério para a correção futura do salário com base na inflação anual e com o estabelecimento da data-base em 1º de maio de cada ano;
 - tratamento isonômico e paritário entre ativos, aposentados e pensionistas, com a incorporação das correções a partir de janeiro de 2005;
 - Não exclusão de nenhuma das categorias dos servidores públicos federais das negociações. Todas devem estar incluídas e contempladas nos resultados dos itens acima listados.

Sem uma resposta da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, os dirigentes sindicais tornaram a protocolar, no dia 18 de maio, novo pedido de convocação de reunião. Entre o primeiro e o segundo, integrantes da CNEF telefonaram dezenas de vezes para saber a resposta do governo. Em vão.

O silêncio do governo, diante da predisposição das lideranças dos servidores de retomar o diálogo a fim de chegar a um acordo em torno da pauta de reivindicações do funcionalismo, levando em conta as condições financeiras do Estado, revela a insensibilidade e a brutal indiferença com que os atuais mandatários tratam os servidores e os serviços públicos, essenciais para o atendimento da população pobre e para a construção de uma sociedade justa.

No dia 19 de maio, dois dias anteriores ao prazo estabelecido na forma de ultimato, ao invés de receber os servidores públicos federais em reunião extraordinária, conforme prevê o próprio protocolo firmado entre as partes quando da instalação da MNNP, o governo toma a atitude de chamar em separado as categorias para negociar e propõe acordos com a FASUBRA, SINASEFE e CONDISEF e anuncia as negociações com os servidores do Ministério Público, Previdência Social e Trabalho e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Como se não bastasse esta quebra do protocolo da Mesa Nacional Negociação Permanente com o não-atendimento do pedido de reunião extraordinária para o dia 20 de maio e com as negociações em separado com a FASUBRA, SINASEF e CONDISEF, o governo ainda noticia que o ANDES-SN está sem negociação porque seus representantes não aceitaram negociar separadamente com o governo como fizeram as demais categorias.

No dia 14 de abril de 2004, o ANDES-SN, em audiência com o secretário de recursos humanos, Sergio Mendonça, e com o assessor Vlademir Nepomuceno, apresentou suas reivindicações e, como já havia ocorrido com outras entidades, alertava na ocasião que a proposta que o governo negociava com a FASUBRA, em separado, não era na essência, diferente do que todos reivindicavam, e o que estava sendo negociado com uma categoria deveria ser negociado com todas.

Seguindo deliberações da CNEF, o ANDES-SN buscou, como as demais entidades, a partir da Mesa Setorial de Negociação permanente, forçar o governo a negociar. Neste sentido, realizamos reunião com a SESU/MEC, dia 27 de abril, quando nos foi expresso verbalmente pelo secretário Maculan que a posição da

SESU era pela incorporação das gratificações (GED/GID e GAE), fim do caráter de avaliações de desempenho nas gratificações com eventuais efeitos financeiros adicionais incorporados em um cronograma acordado pelas partes e, pela discussão imediata do Plano de Carreira, pontos da pauta do ANDES-SN protocolada no MEC após as deliberações do 23º CONGRESSO (4 a 10 março/2004 Salvador/Bahia).

A partir daí, ficou agendada no MEC reunião para o dia 20 de maio, às 14 horas, com a presença de representantes do Ministério do Planejamento para instalar oficialmente as negociações em torno da pauta de reivindicação protocolada pelo ANDES-SN no MEC. Ressalte-se que os representantes do MEC foram alertados pelo ANDES-SN do ultimato de 21 de maio estabelecido pelo MPOG, ao que os representantes do MEC responderam não ser problema nas negociações.

Para nós, servidores públicos, testemunhas do compromisso público assumido pelo presidente Lula de que teríamos nossas perdas salariais repostas e de que não acumularíamos mais prejuízos em seu governo, mais grave que o descumprimento da promessa é a atitude arrogante e autoritária de seus representantes de fechar esse canal de diálogo com o funcionalismo.

Autoritarismo que já havia se evidenciado na reunião extraordinária da Mesa convocada com urgência, no dia 4 de maio, para o dia seguinte, contrariando o Regimento Institucional da Mesa, que prevê a convocação de reuniões dessa natureza com cinco dias de antecedência. A bancada sindical, atendendo em massa a esse chamamento na expectativa de um gesto de boa vontade e de diálogo, deparou-se, perplexa e constrangida, com uma arrogante ameaça aos servidores dispostos a entrar em greve na defesa de seus direitos.

Não bastasse a quebra da promessa do presidente Lula, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento atropela, de forma autoritária, o próprio Regimento Institucional, aprovado e referendado no dia 16 de junho de 2003 pelos ministros José Dirceu (Casa Civil), Guido Mantega (Planejamento), Antonio Palocci (Fazenda), Humberto Costa (Saúde), Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência da República), Ricardo Berzoini (Trabalho - na época ministro da Previdência) e Cristovam Buarque (na época, ministro da Educação), além do senador Paulo Paim (PT-RS) e Luiz Fernando Silva (ex-secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento).

Com a atitude autoritária de se recusar ao diálogo, o governo, que se dizia popular e democrático, deixa cair definitivamente a máscara. Não quer - nem nunca quis - negociar nada com os trabalhadores do serviço público, mas tão-somente tentar passar para a sociedade, por meio

da imprensa, a impressão de boa vontade. No fundo, a MNNP não passou de uma Mesa de Encenação Permanente, enquanto, na surdina, trama-se o desmanche dos serviços públicos.

Diante de tais encaminhamentos espúrios, por parte do governo, nossa resposta será apresentada na Mesa Setorial de Negociação Permanente, hoje, dia 20 de maio, às 14 horas, em reunião marcada no Ministério da Educação, com a presença do Ministro Tarso Genro quando reapresentaremos nossa pauta de reivindicação, protocolada no MEC, da qual consta, coerentemente, deliberações congressuais que defendemos com intransigência perante o MPOG.

Diretoria do ANDES-SN

Instalada a Mesa Setorial de Negociação Permanente

Através da Circular nº 168/2004, a Diretoria divulgou um relato sobre a instalação da Mesa Setorial de Negociação Permanente:

Brasília, 20 de maio de 2004

Presentes: Pelo Governo: MEC: Ministro da Educação Tarso Genro MPOG: Secretário de Recursos Humanos do MPOG Sergio Mendonça

Pelas Entidades compuseram a Mesa: SINASEFE – João Pacheco de Souza CONDESEF – Joaquim da Costa FASUBRA – Paulo Henrique dos Santos ANDES-SN – Luiz Carlos Gonçalves Lucas CUT - Lucia Reis

Pelo ANDES-SN compareceram: Luiz Carlos Gonçalves Lucas, José Domingues de Godoi Filho, Celi Zulke Taffarel, Antonio Luis de Andrade e Alejandra Pascual

No início da solenidade foram anunciados os objetivos da Mesa Setorial de Negociação Permanente, que integra a estrutura da Mesa Nacional de Negociação Permanente e seus componentes, a saber: oito representantes do MEC e dois representantes por entidade sindical, compondo-se assim as bancadas de governo e sindical.

Os servidores públicos do MEC representam hoje 30% dos servidores públicos federais do Brasil e estão representados em termos de entidades sindicais na CONDSEF, FASUBRA, SINASEFE E ANDES-SN. São ao todo 250 mil servidores.

Na seqüência, cada entidade se manifestou, destacando-se das falas dos representantes das entidades, a expectativa de que a mesa seja transparente, conseqüente, responsável, séria e que as negociações realmente ocorram em benefício dos

serviços públicos, na perspectiva de valorização dos servidores e conseqüentemente do Estado brasileiro, que vem sendo paulatinamente desmontado.

O Ministro da Educação, Tarso Genro, reconheceu publicamente que “grande parte das reivindicações são justas, verdadeiras, necessárias”. Concordou também com a posição expressa em reunião anterior pelo secretário da SESU/MEC, Prof. Nelson Maculan, de que as gratificações devem ser incorporadas e admitiu que o processo político para que isto ocorra necessita ser conduzido a bom termo.

Ao término da solenidade, em conversa entre o representante do MPOG, Sr. Sergio Mendonça, com os dirigentes do ANDES-SN presentes à reunião (Lucas, Domingues, Antonio, Celi, Alejandra), foi colocado o desagravo do ANDES-SN frente às declarações do Ministro Mantega à imprensa de que o ANDES-SN é a única entidade que não está negociando. Reclamamos também da emissão de um contracheque falso nas vésperas da eleição sindical contendo versão unilateral da proposta do governo.

O secretário afirmou que na sua opinião o dia 21 como último prazo para negociação não é “um cavalo de batalha” para o governo e que o ANDES-SN será convidado formalmente para uma reunião no dia 21 de maio.

Quanto às negociações em separado anunciadas pelo governo pela imprensa e pelo próprio Sergio Mendonça na solenidade de instalação da MSNP, a questão estará em discussão na reunião da CNESF hoje, dia 20 de maio. O Secretário declarou, por sua vez, que foram as entidades que procuraram o MPOG para acordos e não o MPOG que desconsiderou a MNNP.

Diretoria do ANDES-SN

REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS SÉRGIO MENDONÇA – 21 DE MAIO DE 2004

Após a instalação da Mesa Setorial de Negociação permanente, ontem (20/5), o ANDES-SN recebeu a seguinte mensagem da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP:

“ -----Mensagem original-----

De: Marilene Ferrari Lucas

Enviada em: quinta-feira, 20 de maio de 2004 19:01

Para: 'secretaria@andes.gov.br'; 'secgeral@andes.gov.br'

Assunto: negociação reajuste

À Direção do ANDES,

Visando dar continuidade ao processo negocial acerca do reajuste salarial dos servidores públicos federais, especificamente dos docentes, convidamos para reunião amanhã, 21 de maio, 9 horas, a realizar-se na sala de reuniões da Secretaria de Recursos Humanos, Bloco C - 7º andar.

Atenciosamente,

Marilene Ferrari Lucas
Chefe de Gabinete da SRH/MP “.

Em resposta ao convite formulado, confirmamos, via telefone, a presença de diretores do ANDES-SN na reunião.

Participantes:

Pelo Governo: Sérgio Mendonça (Secretário de Recursos Humanos); Marilene Ferrari Lucas (Chefe de Gabinete da SRH/MP); Vladimir Nepomuceno (Diretor de Programas/MP).

Pelo ANDES-SN: Lucas e Domingues

Os representantes do ANDES-SN questionaram a data de 21 de maio como prazo final para as negociações e reafirmaram os procedimentos que o ANDES-SN adota para deliberar sobre qualquer proposta que venha ser apresentada.

Reiteraram a reivindicação, contida no acordo de greve de 2001, de incorporação das gratificações; de respeito à paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; de tratamento isonômico entre docentes de 1º e 2º graus e do ensino superior e da definição das diretrizes de planos de carreira.

Deixaram claro também que as reivindicações dos servidores públicos federais e do ANDES-SN podem ser discutidas dentro dos limites orçamentários de 2004, desde que assegurados os eventuais efeitos financeiros adicionais num cronograma a ser discutido e construído pelas partes envolvidas.

Os representantes do governo afirmaram que as negociações estão acontecendo e que, neste sentido, a data de 21 de maio não deve ser interpretada como terminal. Ao contrário, ficaram de apresentar uma agenda de trabalho que garanta as negociações e não atropеле o processo de decisão das entidades. Informados de que no dia 27 de maio haverá uma

reunião de trabalho na Mesa Setorial do MEC, os representantes da SRH/MP afirmaram que envidarão esforços no sentido de apresentar uma primeira resposta às nossas reivindicações até o dia 26/5, para tentar facilitar e agilizar os trabalhos, uma vez que o Ministro Tarso Genro também se manifestou favorável às reivindicações da categoria.

Afirmaram que, na ótica do governo, seria difícil encontrar de imediato uma alternativa que não tenha a forma de gratificação, mas que consideram viável elaborar uma proposta que elimine as principais desvantagens da GID e GED.

Que essa alternativa poderia ser a criação de uma nova gratificação que as substitua, com valores mais elevados, de natureza não produtivista, não discriminatória em relação aos docentes de 1º e 2º graus e aos aposentados, e com compromisso de incorporação negociada.

Deve-se registrar que dessa discussão não resultou exatamente a formalização de uma proposta, o que, naturalmente, dependerá de negociações intra-governamentais. Mas é certamente positivo o fato de ter sido afastada a ameaça de “tudo ou nada” e de se vislumbrar uma perspectiva de negociação que respeite os processos democráticos de deliberação do movimento docente.

Chapa 3 vence as eleições para a Diretoria do ANDES-SN

A Chapa 3 - ANDES Autônoma e Democrática - venceu as eleições para a Diretoria do ANDES-SN, biênio 2004/2006. Confira o resultado:

Chapa 2: 10.537

Chapa 3: 11.413

Branco: 643

Nulos: 506

Total: 23.099